



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

**EDITAL Nº 33/2023 – CONVOCAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA PARA O CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTE DE POLÍCIA JUDICIAL AOS CANDIDATOS DO CARGO DE TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIDADE POLÍCIA JUDICIAL**

**A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**, tendo em vista o contido no Edital nº 01/2018 de Abertura de Inscrições do Concurso Público destinado ao provimento de cargos efetivos e formação de cadastro reserva das carreiras funcionais do Poder Judiciário Federal, referente ao Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, na edição de 27 de abril de 2018 e retificações posteriores, considerando os artigos 3º e 33 da Resolução CSJT n.º 315, de 26 de novembro de 2021, e o Ato GP n.º 16/2018, **RESOLVE**:

**CONVOCAR** os candidatos habilitados nas Provas Objetivas, Discursivas e Prática de Capacidade Física, conforme Capítulo 12 do Edital nº 01/2018 de Abertura de Inscrições, que concorrem às vagas do cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa, Especialidade Polícia Judicial, para frequentar o Curso de Formação previsto no Capítulo 14 do referido edital, de acordo com as instruções a seguir:

1. Neste ato, convoca-se os 06 (seis) próximos melhores classificados(as), identificados(as) no Anexo II deste edital, considerando-se a lista final de habilitação, incluindo-se neste número as vagas reservadas aos candidatos com deficiência e candidatos negros, nas devidas proporções indicadas por lei.
  - 1.1. Para participar do Curso de Formação, é necessária a realização de inscrição prévia, na forma estabelecida no item 6 do presente edital.
2. O Curso de Formação é etapa obrigatória e possui caráter eliminatório, tendo como objetivo o desenvolvimento de atributos nas áreas do conhecimento, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das atribuições do cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa, Especialidade Polícia Judicial.
3. O Curso será composto por aulas presenciais, teóricas e práticas, que abrangem atividades pertinentes à especialidade do cargo, principalmente aquelas presentes na Resolução CSJT nº 315/2021 e demais normas exaradas pelo Conselho Nacional de Justiça, no que pertine às atividades do cargo.
  - 3.1. As matérias e objetivos de cada disciplina constam do Anexo I deste edital.
  - 3.2. O corpo de Instrutores será composto, preponderantemente, por servidores do quadro efetivo do Tribunal especializados e/ou titulados nas respectivas disciplinas.
4. O Curso de Formação terá a carga horária total de 100 horas-aula, devendo o candidato dedicar-se em tempo integral e de forma exclusiva às atividades do curso.
  - 4.1. As aulas serão realizadas no período de **21 de agosto a 06 de setembro de 2023**, no Centro de Treinamento da Polícia Judicial, localizado na Unidade Rio Branco,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

situada à Avenida Rio Branco, n.º 285 – Centro – São Paulo/SP – CEP 01205-000, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00. Qualquer alteração referente às datas, local e horário serão avisadas previamente.

- 4.2. Poderão haver aulas e atividades externas a critério da administração do curso, casos em que haverá aviso prévio e o transporte, neste tipo de deslocamento, será providenciado pelo TRT-2.
- 4.3. A aula inaugural do curso, devido a suas características, será realizada às 09h00, no Centro de Treinamento da Polícia Judicial, localizado na Unidade Rio Branco, situada à Avenida Rio Branco, n.º 285 – Centro – São Paulo/SP – CEP 01205-000, devendo apenas nesta oportunidade, a apresentação dos candidatos se dar às 08h45, sendo este horário máximo permitido para a entrada do candidato e, na entrada do prédio, deverá estar de posse de documento oficial com foto e também com cópia da confirmação da inscrição realizada conforme as orientações abaixo.
- 4.4. O traje adotado, para a aula inaugural, deverá ser o social;
5. Para realizar a inscrição, que somente será permitida por meio da internet, o(a) candidato(a) deverá, **em até 02 (dois) dias contados da publicação do presente Edital**, enviar mensagem eletrônica (*e-mail*) para o endereço eletrônico [ssi@trt2.jus.br](mailto:ssi@trt2.jus.br), com cópia para os endereços [ssgc@trt2.jus.br](mailto:ssgc@trt2.jus.br) e [cpj@trt2.jus.br](mailto:cpj@trt2.jus.br), contendo os seguintes dados:
  - 5.1. Nome completo, números do CPF (Cadastro de Pessoa Física), documento de identidade, número da inscrição no concurso;
  - 5.2. Declaração de que está ciente das condições, datas, horários e demais orientações contidas neste edital, bem como que atende aos requisitos exigidos para o curso;
  - 5.3. Declaração de que pretende optar pelo auxílio financeiro durante o Curso de Formação, o qual representa 50% (cinquenta por cento) da remuneração da classe inicial do cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa, Especialidade Polícia Judicial, pago de forma proporcional ao número de dias de efetiva participação no curso, considerado o registro de frequência;
  - 5.4. Se o candidato (a) for Servidor Público da Administração Federal, declaração de que pretende manter o vencimento e vantagem de seu respectivo cargo;
  - 5.5. Enviar junto com a solicitação de inscrição, como anexo, breve currículo profissional e, se for servidor público, declaração de vínculo com o órgão;
  - 5.6. Após a confirmação da inscrição, o candidato deve imprimir a mensagem e apresentá-la, junto com documento de identificação com foto, na entrada da Unidade Rio Branco para a aula inaugural do curso, quando receberá um crachá especial para a sequência do curso;
  - 5.7. O TRT-2 não se responsabiliza por problemas na transmissão que impossibilite o envio da inscrição;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

- 5.8. Será divulgada no site do TRT-2, em [www.trt2.jus.br](http://www.trt2.jus.br), na aba Transparência>Concursos, a lista de candidatos com as inscrições válidas, inscrições inválidas e não inscritos;
- 5.9. Após a divulgação dos inscritos, havendo inscrições inválidas ou não inscritos, será concedido prazo de 2 (dois) dias para eventual recurso, contando-se do dia subsequente ao da divulgação;
- 5.10. Na hipótese de ocorrência do item 6.9, será divulgado no site do TRT-2, em [www.trt2.jus.br](http://www.trt2.jus.br), na aba Transparência>Concursos, a lista de inscritos após análise de recursos.
6. No dia do início do Curso de Formação, o candidato (a) deverá apresentar atestado médico emitido com no máximo 10 (dez) dias de antecedência ao início do curso, nos mesmos moldes do item 11.2 a 11.2.2 do Edital 01/2018 de Abertura de Inscrições do Concurso Público, devendo o atestado seguir o modelo constante do Anexo III daquele instrumento convocatório.
7. As aulas e atividades têm natureza pedagógica para nortear o desenvolvimento das competências necessárias à atuação do futuro servidor, de modo a prepará-lo para apoiar o Tribunal no alcance de suas metas e para atendimento ao público, de forma a compreender a visão estratégica e sistêmica do policiamento institucional, quando do exercício das atividades constantes na Resolução CSJT n.º 315/2021 e outras normas de referência.
- 7.1. As aulas e atividades pedagógicas servirão para uniformizar e padronizar as diversas formas de atuação dos Agentes de Polícia Judicial, bem como disseminar doutrina de desconstrução de conflitos relativos ao policiamento institucional, com a prevalência dos direitos humanos de forma a buscar o cumprimento da missão institucional.
- 7.2. Ao término do curso, será aplicada avaliação final, contendo 40 (quarenta) questões objetivas, com duração de até 03 (três) horas, a qual servirá de quesito para aprovação.
- 7.3. Os critérios de avaliação e aprovação terão como base o constante na Resolução CSJT n.º 315/2021, bem como os preceitos do Anexo III, da Portaria Conjunta n.º 1, dos Tribunais Superiores e Conselhos, de 7/3/2007, e no Anexo III, da Portaria Conjunta n.º 3, dos Tribunais Superiores e Conselhos, de 31/5/2007, sendo os seguintes:
- 7.3.1. Para fins de aprovação no Curso de Formação, serão exigidos, no mínimo, a obtenção de pelo menos **70%** da pontuação das provas objetivas e práticas, quando houver, sendo eliminado o candidato que não atingir a média mínima exigida; e



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

- 7.3.2. Frequência de **75%** nas aulas, comprovadas pela assinatura diária na lista de presença, sendo aferida a frequência total ao final do curso, sendo eliminado o candidato (a) que não atingir a frequência mínima exigida.
- 7.4. Em caso de divergência ou contestação dos resultados da avaliação final, aferidos nas provas e na frequência, no prazo de dois dias úteis após a divulgação oficial da lista dos aprovados, é cabível, desde que devidamente fundamentado, pedido de reconsideração dirigido ao Diretor da Secretaria de Segurança Institucional.
- 7.5. O pedido de reconsideração será julgado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo indeferido quando intempestivo, desprovido de fundamentação ou não indicar com clareza o objeto da impugnação.
8. O candidato que não cumprir integralmente os requisitos para aprovação durante o Curso de Formação será eliminado do concurso. Será também eliminado o candidato que:
- 8.1. Não efetuar a inscrição ou efetuá-la em desacordo com este edital de convocação;
  - 8.2. Não comparecer ao Curso de Formação, a contar do início;
  - 8.3. Atentar contra a integridade física ou moral de outro colega, instrutor ou do Tribunal;
  - 8.4. Comparecer à aula portando arma de fogo de modo irregular ou ilegal. Aquele que possuir porte legal de arma de fogo, deverá acautelá-la em cofre próprio do Tribunal, sendo vedada, em qualquer hipótese, o porte nas dependências do Tribunal;
  - 8.5. Agir de modo temerário e/ou não respeitar as regras de segurança dos treinamentos, desde que a ação seja dolosa;
  - 8.6. Não atentar para as condições de civilidade, ética e urbanidade;
  - 8.7. Não satisfizer os demais requisitos legais e regulamentares.
9. Para o desenvolvimento das atividades inerentes ao curso, será necessário que o (a) candidato (a), apresente-se com o seguinte enxoval mínimo:
- 9.1. Duas calças jeans azul-marinho;
  - 9.2. Duas camisetas de gola careca da cor preta, sem estampas;
  - 9.3. Um par de tênis preto;
  - 9.4. Dois pares de meias pretas;
  - 9.5. Duas camisetas regatas brancas, sem estampas;
  - 9.6. Um top branco para aulas de Educação Física (feminino);
  - 9.7. Duas bermudas de cotton ou equivalente, cujo tamanho alcance a linha média do joelho, na cor preta, para Educação Física (feminino);
  - 9.8. Dois shorts de tactel ou equivalente, na cor preta, para Educação Física (masculino);
  - 9.9. Um par de tênis para corrida;
  - 9.10. Dois pares de meias soquete brancas;
  - 9.11. Um par de sandálias na cor preta;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

- 9.12. Um terno, se do sexo (masculino) e, um tailleur se do sexo (feminino).
- 9.13. Material de higiene, toalhas de banho e demais itens de interesse do candidato(a).
10. A convocação, participação e aprovação no Curso de Formação não garante a nomeação para o cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa, Especialidade Polícia Judicial, a qual obedecerá ao interesse e à conveniência do Tribunal.
11. Os candidatos aprovados no Curso de Formação Inicial, que não forem nomeados imediatamente, integrarão a lista de cadastro de reserva e serão nomeados à medida que surgirem vagas, observando o prazo de validade do concurso e obedecida a proporção dos casos previstos em lei.
12. Os demais candidatos aprovados nas etapas anteriores do concurso e não convocados para o Curso de Formação, poderão ser convocados para novas turmas do curso, desde que se esgote a lista de cadastro de reserva dos candidatos aptos a tomarem posse e surjam novas vagas, dentro do prazo de validade do concurso.
13. As divulgações oficiais relativas ao Curso de Formação ficarão disponíveis no site do TRT-2, em [www.trt2.jus.br](http://www.trt2.jus.br), na aba Transparência > Concursos.
14. O pagamento de qualquer auxílio financeiro não configura qualquer tipo de vínculo empregatício ou estatutário do candidato matriculado no Curso de Formação com o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.
15. As despesas com estada, transporte, alimentação ou quaisquer outras correrão por conta dos convocados para o Curso de Formação, exceto no caso dos transportes citados no subitem 5.1.
16. Os aprovados (as) no Curso de Formação, farão jus a ter o tempo destinado ao seu cumprimento computado como de efetivo exercício no cargo, exceto para fins de estágio probatório, estabilidade, férias e promoção.
17. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal.

São Paulo, data da assinatura eletrônica.

**BEATRIZ DE LIMA PEREIRA**  
**Desembargadora Presidente do Tribunal**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

**ANEXO I**

<b>CURSO DE FORMAÇÃO AGENTE DE POLÍCIA JUDICIAL</b>		
<b>OBJETIVOS</b>		
Objetivo Geral	Capacitar os(as) candidatos(as) a Agentes de Polícia Judicial nas disciplinas relativas ao policiamento institucional.	
Objetivos Específicos	Preparar e padronizar para as diversas formas de atuação os(as) candidatos(as) ao cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa, Especialidade Polícia Judicial (Agentes de Polícia Judicial), bem como disseminar doutrina específica de policiamento institucional do TRT-2.	
<b>METODOLOGIA</b>		
O curso será ministrado por instrutores do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com formação e notório saber nas áreas de conhecimento específico. Constará de aulas expositivas, teóricas e práticas, estimulando o aluno ao debate e reflexão sobre os conteúdos apresentados, bem como aulas práticas visando desenvolver habilidades específicas com a técnica adequada.		
<b>DISCIPLINAS</b>		
<b>NOME</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Legislação Aplicada	Apontar o arcabouço jurídico que regulamenta a atuação dos Agentes de Polícia Judicial no exercício de suas funções, prezando pela legitimidade das ações de segurança, evitando excessos ou omissões.	8 h/a
Direitos Humanos	Examinar os conceitos relacionados aos Direitos Humanos de forma a inter-relacioná-los com a aplicação prática de direitos na atuação da segurança judiciária.	4 h/a
Inteligência Judiciária	Transmitir conhecimentos básicos sobre a atividade de inteligência, com a perspectiva de assessorar a administração do Tribunal na identificação de ameaças e adotar medidas de	4 h/a



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

	salvaguarda institucional.	
Técnicas e Tecnologias Menos Letais de Atuação Policial	Demonstrar os métodos, técnicas e tecnologias aplicáveis à atuação em segurança institucional e de uso seletivo da força, de modo a permitir uma intervenção policial menos gravosa e menos força possível.	8 h/a
Gerenciamento de Crises	Realizar uma abordagem interdisciplinar, de modo a oferecer aos alunos instrumentos teóricos e práticos para a intervenção nos mais variados tipos de crises que podem surgir na rotina de segurança institucional	4 h/a
Armamento e tiro	Promover a ambientação e uniformização de procedimentos com armas de fogo no âmbito do Tribunal, bem como nortear seu emprego de acordo com o uso seletivo da força e de preservação da vida.	12 h/a
Direção defensiva, operacional e evasiva	Apresentar técnicas de direção de veículos oficiais, bem como compreender técnicas de direção defensiva e de evasão em situações de perigo, quando da realização de deslocamentos motorizados.	6 h/a
Defesa Pessoal	Treinar técnicas de controle de contato, imobilização, condução, abordagem e outras técnicas de uso seletivo a força, aliada à capacitação física geral.	10 h/a
Segurança de áreas e instalações	Empregar técnicas e procedimentos de policiamento nas áreas e instalações dos Tribunais, desenvolvendo ações que criem a sensação de segurança na instituição, além do caráter preventivo propiciado pela ostensividade.	4 h/a
Procedimentos em Controle de Acesso	Compreender a importância da atuação da segurança no sistema de controle de acesso, bem como esquematizar técnicas e procedimentos específicos da matéria.	4 h/a
Prevenção e combate a incêndios	Orientar os Agentes de Polícia Judicial na aplicação de medidas de combate a incêndios, bem como métodos de atuação na brigada de incêndio.	4 h/a
Primeiros Socorros – Atendimento Pré-	Descrever e ensinar técnicas e procedimentos aptos a prestar o Atendimento Pré-Hospitalar, bem	8 h/a



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

Hospitalar (APH)	como orientar quanto ao fluxo para atendimento em casos de emergências médicas e similares.	
Segurança e proteção de autoridades	Coordenar e ensinar técnicas para a atuação dos Agentes de Polícia Judicial na segurança e na proteção de autoridades do Tribunal, bem como de autoridades e dignitários visitantes.	24 h/a
<b>TOTAL</b>		<b>100 h/a</b>

**EXPECTATIVAS**

Ao final do curso, após a preparação técnica e psicológica, os Agentes de Polícia Judicial estarão aptos a:

- Empregar técnicas e procedimentos adequados nas mais diversas formas de atuação da Segurança Institucional, gerando melhoria qualitativa na atuação do profissional, bem como atuando diretamente nas ações que corroboram para o cumprimento da missão institucional;
- Seguir as diretrizes da atividade de Segurança Institucional como: preservação da vida, garantia dos atos judiciais, primazia pela cordialidade, urbanidade, utilização de comunicação não violenta e contenção não lesional de pessoas com adoção de atos menos gravosos por meio do uso seletivo da força, objetivando a preservação e garantia dos direitos humanos;
- Implementar os serviços de segurança no Tribunal de forma a gerar a melhoria da percepção da segurança por parte dos magistrados, servidores, jurisdicionados e visitantes;
- Fortalecer as suas atitudes para valorizar o comportamento em grupo, exercitando a empatia, a cooperação, a solução compartilhada de problemas, abnegação, além de desenvolver a coragem, decisão e iniciativa perante situações de perigo;
- Analisar e identificar o perigo potencial, de forma que possam oferecer, em tempo hábil, respostas adequadas às diferentes situações de risco vivenciadas no seu ambiente profissional.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

**ANEXO II**

**CANDIDATOS CONVOCADOS EM ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO**

Legenda:

(D) LISTA DE CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

(N) LISTA DE CANDIDATOS NEGROS

QTDE	NOME	CLASSIFICAÇÃO
1	NATHANA OLIVEIRA COSTA	71
2	JOSE WANDECLEI PEREIRA DE OLIVEIRA	16(N)
3	RAMON GONCALVES DE MOURA	72
4	RICARDO SANTOS SALES	73
5	RICARDO SOARES	18(N)
6	BRUNO HENRIQUE MARTUSEVICUS	74